

**FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ – FADIC
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

RAYSSA MARIA ACIOLI DE OLIVEIRA

**A INFLUÊNCIA DO SERVIÇO DE INTELIGÊNCIA NO
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA SEGURANÇA NACIONAL:
O caso da Operação Ágata**

RECIFE

2017

RAYSSA MARIA ACIOLI DE OLIVEIRA

**A INFLUÊNCIA DO SERVIÇO DE INTELIGÊNCIA NO
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA SEGURANÇA NACIONAL:**

O caso da Operação Ágata

Monografia apresentada à Faculdade Damas da
Instrução Cristã - FADIC, como requisito para
obtenção do título de Bacharel em Relações
Internacionais.

ORIENTADOR: Rodrigo Santiago

RECIFE

2017

Ficha catalográfica
Elaborada pela biblioteca da Faculdade Damas da Instrução Cristã

Oliveira, Rayssa Maria Acioli de.
O48i A influência do serviço de inteligência no planejamento
estratégico da segurança nacional: o caso da Operação Ágata / Rayssa
Maria Acioli de Oliveira. – Recife, 2017.
47 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Santiago da Silva
Trabalho de conclusão de curso (Monografia – Relações
Internacionais) – Faculdade Damas da Instrução Cristã, 2017.
Inclui bibliografia

1. Relações internacionais. 2. Atividade de inteligência. 3. ABIN.
4. Atribuições. 5. Institucionalização. I. Silva, Rodrigo Santiago da. II.
Faculdade Damas da Instrução Cristã. III. Título.

CDU 327

RAYSSA MARIA ACIOLI DE OLIVEIRA

**A INFLUÊNCIA DO SERVIÇO DE INTELIGÊNCIA NO
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA SEGURANÇA NACIONAL:
O caso da Operação Ágata**

Monografia apresentada à Faculdade Damas da
Instrução Cristã - FADIC, como requisito
parcial para obtenção do título de Bacharel em
Relações Internacionais.

Aprovado em: ____/____/____

Nota: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Orientador: Rodrigo Santiago
FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ – FADIC

Prof. Antônio Lucena
FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ – FADIC

Prof. Elton Gomes
FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ – FADIC

AGRADECIMENTOS

A minha mãe, namorada, sogra e familiares pela oportunidade e apoio não só na vida acadêmica, mas também em todos os momentos em que precisei. Obrigada por não desistirem de mim e sempre acreditarem no meu potencial. Sem vocês, essa conquista não seria tão feliz.

Aos meus amigos pelos momentos que passamos juntos, por compreenderem as minhas ausências e pelo companheirismo.

Aos meus colegas de classe que sempre serão lembrados como grandes amigos que levarei para toda a vida.

Ao meu orientador Rodrigo Santiago, por toda dedicação, paciência e sinceridade nas orientações.

Por fim, ao meu avô, Sócrates Accioly, que me ensinou como ser uma mulher dedicada e sonhadora, sempre acreditando nos meus sonhos e me enchendo de elogios. Obrigada pelas melhores lembranças da minha vida e por ter sido o pai presente que sempre precisei embora não expressasse. Muito obrigada. Você é e sempre será o meu maior orgulho. Amo você.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. O CONCEITO DA ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E SEGURANÇA.....	12
1.2 OS SERVIÇOS DE INTELIGÊNCIA AO REDOR DO MUNDO.....	20
3. UMA ANÁLISE DO NEOINSTITUCIONALISMO HISTÓRICO.....	25
4. O CASO DA OPERAÇÃO ÁGATA	33
4.1 A APLICABILIDADE DO ESTUDO DE CASO NAS CIÊNCIAS SOCIAIS.....	33
4.2 A OPERAÇÃO ÁGATA 11.....	35
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA.....	46

LISTA DE SIGLAS

ABIN – Agência Brasileira de Inteligência

SISBIN – Sistema Brasileiro de Inteligência

SNI – Serviço Nacional de Informações

SFICI – Serviço Federal de Informação e Contrainformação

CIA - Agência Central de Inteligência

FBI – Departamento Federal de Investigação

MOSSAD – Instituto para Inteligência e Operações Especiais

A INFLUÊNCIA DO SERVIÇO DE INTELIGÊNCIA NO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA SEGURANÇA NACIONAL: O caso da Operação Ágata

RESUMO

O reconhecimento da importância de uma atividade de inteligência acabou se tornando inerente à consolidação de um Estado em formação e é também um mecanismo bastante relevante para os Estados atingirem seus objetivos, tanto no âmbito interno quanto no âmbito externo, garantindo a segurança nacional e a soberania. O primeiro mecanismo de Inteligência do Brasil foi criado em 1956 por Juscelino Kubitschek. A atividade de Inteligência no Brasil desde então tem passado por várias alterações. Atualmente, o Brasil conta com a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), um órgão do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN), responsável pela coordenação, coleta e análise de informações que possam vir a afetar o ambiente estratégico do Estado, além de filtrar as informações necessárias ao auxílio dos tomadores de decisão durante processos decisórios. A função das organizações que fazem parte do sistema de Inteligência de um país se resume principalmente na capacidade de análise e coleta de informações que possuem uma alta relevância estratégica para o país. A Abin tem uma imagem denegrida devido às funções opressoras que a atividade de Inteligência exerceu durante o regime militar. A instituição, no entanto, vem tentando desfazer esta imagem. O seu caráter institucional democrático exige uma maior comunicação entre a mesma e a sociedade.

Vale ressaltar ainda a necessidade da aplicabilidade do institucionalismo histórico na estrutura do funcionamento das instituições como papel regulador do Estado capazes de assegurar a segurança Estatal, uma vez que propõe que as instituições possuem um papel crucial na regulamentação de um Estado à medida que influenciam a ação dos atores e analisam situações passadas a fim de não permitir que o Estado cometa os mesmos erros. Através do institucionalismo histórico entenderemos o funcionamento da instituição.

Palavras-chave: Atividade de Inteligência. Agência de Inteligência Brasileira. Atribuições. Institucionalização.

ABSTRACT

The recognition of the importance of an Intelligence activity turned out to be inherent in a consolidation of a forming State and a very important mechanism for States to achieve their goals both within and from outside, and guarantee their national security and sovereignty. The first Intelligence mechanism in Brazil was created in 1956 by Juscelino Kubitschek. The Intelligence activity in Brazil has since gone through several changes. Currently, Brazil has the Brazilian Intelligence Agency (ABIN) an agency of the Brazilian Intelligence System (SISBIN), responsible for coordinating, collecting and analyzing information that may affect the strategic environment and help decision makers during the decision process. The role of organizations that are part of the Intelligence system of a country comes down mainly on the ability of analysis and collection of information that have a high strategic importance for the country. ABIN has a denigrated image due to the oppressive functions Intelligence activity held during the military regime. But the character of democratic institutions and a greater communication between society and the institution has been undoing this image. It is also important to emphasize the need of the applicability of historical institutionalism in the structure of the institutions functioning as a regulatory role of the state security as its responsible to mold the action of the actors and analyzes historical history in order not to allow the state to commit the same mistakes. Through historical institutionalism we will understand the function of institutions.

Keywords: Activity Intelligence. Brazilian Intelligence Agency. Assignments. Institutionalization

1. INTRODUÇÃO

A atividade de Inteligência brasileira pode ser considerada como uma área de pouco estudo, o que colabora para a imprecisão nas informações sobre a atuação e atribuições da mesma. Esta atividade se refere à coleta, processamento e análise de informações que condizem à segurança nacional. Relaciona-se ainda às atividades que são desempenhadas tanto para obter como para impedir que outros serviços de Inteligência tenham acesso às informações que são guardadas a rótulo de segredo governamental. A inteligência de cada país trabalha com o objetivo de obter as informações necessárias e verídicas para fornecê-las aos órgãos responsáveis pela neutralização de qualquer ameaça à soberania do seu Estado e à sua sociedade.

O presente trabalho pretende compreender de que forma a influência exercida pela ABIN nas questões estratégicas do Estado, bem como suas atribuições em um país democrático, fomentam a necessidade das atividades do serviço de inteligência como viés de segurança nacional e desenvolvimento de novas tecnologias e informações? O Serviço de Inteligência pode, de fato, ser considerado um ator de segurança Estatal? Qual sua forma de atuação e influência no Estado soberano?

A criação dos mecanismos de Inteligência surge em resposta às necessidades dos governantes, com o objetivo de minimizar os custos de transação associados à coleta de informações. O Brasil teve o seu primeiro mecanismo de Inteligência criado ainda no governo de Juscelino Kubitschek que posteriormente se tornou o SNI. No entanto, esse serviço não obteve muito sucesso, uma vez que possuía um caráter ditatorial e foi considerado como a espinha dorsal do controle totalitário militar da época, tendo como principal função, censura, investigação de cidadãos considerados dissidentes políticos ou subversivos e de movimentos sociais diversos, tarefas que não se condiziam com a ideia de um serviço de Inteligência democrático.

A atual atividade de inteligência do Brasil vem sendo desenvolvida pela Agência de Inteligência Brasileira (ABIN). A ABIN foi criada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso em 1999 com o objetivo de proporcionar ao Brasil uma maior participação no cenário internacional, fortalecendo as relações com quase todos os países da América do Sul e também alguns países da África, o que lhe garantiria uma maior participação e segurança no Atlântico

Sul. A ABIN vem tentando ainda desconstruir a ideia negativa deixada pelo antigo SNI, podendo ser considerada como um marco na mudança do conceito de inteligência dentro do Brasil, visto que tem seu trabalho voltado para a coleta de informações de alta relevância estratégica para o país, sem ferir os princípios legais do Estado.

A escolha do tema se deu devido ao seu caráter preventivo, uma vez que através dos serviços de inteligência, os países são capazes de evitar conflitos, realizar assinatura de tratados e desenvolver negócios capazes de estabelecer o bem comum. Em um mundo onde a concorrência se torna cada vez mais acirrada e a globalização permite a propagação imediata de informações, cabe aos serviços de inteligência estabelecer um equilíbrio entre os Estados. Os serviços de inteligência têm como principal objetivo a coleta e análise de informações relevantes para a estabilidade e desenvolvimento dos países, considerando que a incerteza quanto as informações que o país adversário possui pode ser considerada um caminho para os conflitos.

No primeiro capítulo deste trabalho serão analisados os conceitos de atividade de inteligência e segurança tanto no âmbito nacional quanto no cenário internacional. No segundo capítulo discutiremos acerca do neoinstitucionalismo histórico e a aplicabilidade do *path dependence* como mecanismo de metodologia preventiva para evitar conflitos, uma vez que o mesmo sustenta a ideia de que os Estados devem se assegurar no caminho percorrido, ou seja nas articulações previamente conhecidas e obtentoras de êxito. Por fim, abordaremos a influência dos serviços de Inteligência no planejamento estratégico da Operação Ágata 11 no combate aos atos ilícitos realizados nas áreas fronteiriças.

2. CONCEITO DE ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E SEGURANÇA

A análise realizada a partir dos mecanismos de inteligência nos permitem compreender a importância da institucionalização da ABIN. Os estudos realizados através deste serviço garantem ao Estado uma posição confortável no que diz respeito ao desenvolvimento de práticas preventivas. Para um melhor entendimento acerca do significado do termo inteligência faz-se necessário a compreensão da diferenciação entre o conceito de inteligência e conceitos de espionagem e informação e contra inteligência, bem como o esclarecimento do que vem a ser inteligência e segurança e de como a mesma é vista pelo senso comum.

De acordo com Jennifer Sims (1995), a inteligência não se restringe ao segredo e as informações que são coletadas pelos tomadores de decisão. Portanto, "*... intelligence is best defined as information collected, organized, or analyzed on behalf of the actors or decisions makers. Such information include technical data, trends, rumors, pictures, or hardware...*".¹ A autora ainda afirma que a existência das informações por si só não podem ser consideradas como inteligência, uma vez que denominamos como inteligência, as informações que estiverem organizadas explicitamente de acordo com as necessidades do tomador de decisão. Podemos dizer que toda e qualquer informação que for coletada e analisada a fim de auxiliar os tomadores de decisões, podem ser consideradas como inteligência, sendo desde uma pesquisa empresarial de mercado até a compra de aviões caça para a Força Aérea Brasileira.

Em contramão ao pensamento de Sims, Abram Shulsky (1991, p.2) por sua vez defende uma nova organização política mundial em sua definição sobre inteligência. Shulsky acredita que diante das consequências causadas pela globalização a visão da segurança nacional e os interesses a serem resguardados sofreram alteração. Desta forma, a atividade de inteligência se encontra em uma área restrita e tem relação direta com o segredo, com a sua forma de organização e principalmente com a competitividade entre Estados. Sendo assim, o Estado deve estar em constante análise, processamento, coleta e proteção das informações denominadas mecanismo de inteligência. Shulsky foca também na competição entre os Estados, uma vez que para ele a inteligência está entre a diplomacia e a guerra, apesar de seu caráter conflitivo.

¹ Inteligência é melhor definida como informações coletadas, organizadas e analisadas em nome dos atores ou decisores. Essas informações incluem dados técnicos, tendências, rumores, imagens ou hardware.

intelligence comprises the collection and analysis of intelligence information – information relevant to the formulation and implementation of governmental national security policy (...) Therefore, intelligence as an activity may be defined as that component of the struggle between adversaries that deals primarily with information” (Shulsky *apud*. Antunes 2001).²

Podemos considerar como inteligência a relevância de informações denominadas como cruciais para o governo formular e/ou implementar políticas a fim de aumentar a segurança dos interesses nacionais e prevenir possíveis ameaças de potenciais adversários. Vale ressaltar que o conceito de segurança nacional ainda é uma área pouco analisada e que permanece obscura, contribui de certa forma para a imprecisão de uma análise, coleta e processamento de informações como parâmetro de inteligência. Para Herman (1996, p.2) *“intelligence in government is based on the particular set of organizations with that name: the ‘intelligence services’ or ‘intelligence community’.* Intelligence activity is what they do, and intelligence knowledge what they produce”.³

De acordo com Antunes (2001), devido à influência da mídia e à leitura ficcional, o senso comum da sociedade enxerga o sistema de atividade de inteligência como uma forma de espionagem, chantagens e trapagens. Não podemos excluir o envolvimento da inteligência com espionagem, chantagens e trapagens, uma vez que essas também compõem as etapas e partes do processo da atividade de inteligência. No entanto, não podemos restringir o conceito de inteligência apenas a essas atribuições. A atividade de inteligência se caracteriza, principalmente, pela coleta de informações que se relacionam à segurança estatal, essas informações coletadas trabalham em paralelo as atividades desempenhadas com intuito de obter ou impedir que outros Estados tenham acesso a determinadas informações particulares da segurança estatal.

Outro fator a ser levado em consideração é a segurança. Ao lado do direito penal, as normas que disciplinam o poder de polícia são elementos constituintes básicos da arquitetura da segurança, entre os quais se incluem medidas de inteligência e operações militares. Em

² A inteligência compreende a coleta e análise de informações de inteligência - informações relevantes para a formulação e implementação da política de segurança nacional governamental (...) Portanto, a inteligência, como atividade, pode ser definida como componente da luta entre adversários que trata principalmente as informações.

³ inteligência no governo baseia-se no conjunto particular de organizações com esse nome: 'Serviços de inteligência' 'ou' 'comunidade de inteligência' '. Atividade de inteligência é o que eles fazem, e conhecimento de inteligência o que produzem.

conjunto, estas possibilitam a criação de um "espaço de segurança interna", cujos limites externos não coincidem mais com as fronteiras nacionais, mas abrangem todos os Estados que buscam conjuntamente o objetivo de estabelecer segurança.

A criação de meios para elaboração do espaço de segurança não se baseia nos princípios ou condições de aplicabilidade, mas pelo objetivo de estabelecer um alto grau de segurança e pelas condições limitantes dos respectivos perigos, terrorismo internacional e crime organizado, e oportunidades. Entre os principais órgãos capazes de garantir a segurança estão o poder da polícia, os serviços secretos e as forças militares, Estes se responsabilizam pela neutralização das possíveis ameaças, através da criação e aplicabilidade de medidas proporcionais de defesa contra perigos concretos.

"A luta dos governos Latino Americanos contra movimentos armados locais assim como a consolidação da democracia -que equivale na América Latina à submissão das forças armadas ao poder civil e sua não intervenção nos processos políticos locais- representam as duas questões chave da agenda de segurança regional na América Latina." – Messari, 2001 pág. 143.

Através do Decreto nº 3.695, de 21 de dezembro de 2000, foi instituído no Brasil o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública, instituído no âmbito do SISBIN. Esse sistema tem por finalidade “coordenar e integrar as atividades de inteligência de segurança pública em todo o País, bem como suprir os governos federal e estaduais de informações que subsidiem a tomada de decisões neste campo”. Os integrantes do Subsistema possuem, em suas competências, a identificação, acompanhamento e avaliação de ameaças reais ou potenciais que venham a afetar a segurança pública e produzir conhecimentos e informações capazes de subsidiar as ações com intuito de coibir, neutralizar e reprimir atos criminosos de qualquer natureza.

O Subsistema de Inteligência de Segurança Pública é composto pelo Ministérios da Justiça, da Fazenda, da Defesa e da Integração Nacional e o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. O principal órgão atuante é a Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça (SENASP). O Decreto prevê, ainda, possível participação do Subsistema de Inteligência de Segurança Pública os órgãos de Inteligência de Segurança Pública dos Estados e do Distrito Federal.

As primeiras atividades profissionais de Inteligência e de Segurança tiveram lugar na Europa a partir do século XVI. Durante essa época os Estados nacionais se afirmavam de uma

forma predominantemente as suas respectivas autoridades políticas. Durante esse processo de afirmação dos Estados nacionais europeus houve uma eclosão de conflitos sociais, descontinuidades históricas e também uma intensa competitividade entre os Estados nacionais com outros tipos de unidades políticas, como as cidades-estados, os impérios e também as liga de cidades. Segundo Cepik (2003), durante o século XIX, foi possível perceber que diversos Estados passaram a ser reconhecidos como Estado nacional soberano. Desta forma, esses Estados passaram a possuir características próprias e conseqüentemente começaram a ser regidos por uma autoridade exclusiva e constitucionalmente delimitada sobre um determinado território e uma população, utilizando-se inclusive do monopólio do uso legítimo da força.

Com o passar do tempo e diante das interações ocorridas entre os Estados surgiu o conceito de hegemonia de Estados capitalistas que possuíam um sistema político democrático no Sistema Internacional, ocupando o lugar de hegemonia que dava a determinado Estado uma força de atuação consideravelmente maior. O primeiro Estado a deter a hegemonia internacional foi a Inglaterra e depois os Estados Unidos da América.

A origem dos Serviços de Inteligência modernos se encontra nas conseqüências dos fenômenos internacionais. Os reis e ministros de Estados europeus na busca pelo poder, na ambição de conquistar mais territórios e em uma competição com outros governantes, acabaram investindo recursos em organizações que se responsabilizariam pela obtenção de informações. Pode-se dizer assim que, a criação dos mecanismos de Inteligência foi uma resposta às necessidades dos governantes, com o objetivo de minimizar os custos de transação associados à coleta de informações. Compreende-se, portanto, que, a constituição dos Serviços de Inteligência pode ser vista em parte como uma conseqüência provinda de um cálculo estratégico de governantes buscando atingir seus objetivos sejam eles quais forem, e também compreendida em forma de um resultado mais ou menos imprevisível do esforço destes mesmos governantes para conseguirem adequar seus objetivos em um contexto situacional onde o seu próprio papel de sujeito político interessado não é de tudo claro (CEPIK,2003).

Diante da competitividade do âmbito do Sistema Internacional, da incerteza das informações e dos altos custos na obtenção de informações sobre possíveis adversários, os governantes da modernidade passaram a utilizar-se de diversos instrumentos que de alguma forma poderiam reduzir os custos na obtenção de informações, desde alianças dinásticas até mesmo o uso de serviços secretos.

Em sua obra *The National State and Violence* (1987), Anthony Giddens defende que o controle governamental de informações sobre a população, bem como a utilização de determinados recursos são de extrema relevância no que diz respeito a consolidação de um Estado Soberano tanto na escala nacional quanto internacional.

Segundo Charles Tilly (1996) as organizações de Inteligência deveriam considerar a obtenção e utilização das informações obtidas como viés de dominação e a maximização do poder. Uma vez que os mecanismos de Inteligência modernos teriam sido originados com uma dupla face, a informacional e a coercitiva. Embora as evidências históricas sobre o assunto sejam poucas, pode-se dizer que esta dupla face dos Serviços de Inteligência, ainda caracterizam os sistemas nacionais de Inteligência existentes.

Tilly (1996) ressalta a característica coercitiva em detrimento do papel informacional dos órgãos de Inteligência, na medida em que Giddens (1987) aborda a relevância dos sistemas de informação sem atentar ao específico, no caso dos Serviços de Inteligência. Tilly (1996) ressalta dois pontos importantes: primeiramente abordar os Serviços de Inteligência de uma forma geral como organizações repressivas acaba impedindo a compreensão de suas especificidades no que diz respeito às organizações de força do Estado, forças estas sendo tanto armadas quanto políticas. O segundo ponto é a probabilidade de se ver os Serviços de Inteligência da atualidade como uma continuidade das primeiras organizações modernas, que por sua vez surgiram prontas e imutáveis como consequência das ações e vontades de poder. Ao mencionar o papel dos serviços de Inteligência como um meio direto de coerção, Tilly afirma:

Governantes [...] enfrentaram alguns problemas comuns, mas o fizeram de modo diferente. Forçosamente, distribuíram os meios de coerção de forma desigual por todos os territórios que tentaram controlar. Na maioria das vezes, concentraram a força no centro e nas fronteiras, tentando manter a sua autoridade entre um e outro por meio de grupos coercivos secundários, leais aplicadores locais de coerção, patrulhas volantes, e pela disseminação de órgãos de inteligência (1996. p. 72).

A atividade de Inteligência pode ser considerada uma atividade de bastante relevância para um Estado uma vez que suas origens se dão desde o Egito antigo até os dias atuais, sempre em conexão com o uso da militância como uma forma de poder. Esse tema é comumente tratado em meios acadêmicos, de segurança pública e também em círculos de defesa nacional. Em momentos de tomada de decisão, a relação entre a informação coletada e a política é de extrema

relevância, dado que vivemos num mundo cada vez mais globalizado. Atualmente a mídia possibilita o acesso a informações sobre acontecimentos de forma imediata e o a internet acelera o processo de divulgação de informações, tornando inerente aos tomadores de decisões, o uso de informações especiais, que possibilitarão uma melhor análise na condução de negócios, tanto políticos quanto públicos.

Segundo Vidigal e Bessa (2004) a atividade de inteligência deve manter um caráter sigiloso e usá-lo como estratégia de inteligência garantindo a integridade das informações de conhecimentos, ações e atividades. Desta forma, diante do amplo espectro da atuação da atividade de Inteligência, faz-se necessário o treinamento e o emprego de profissionais especialmente preparados, uma vez que o potencial adversário pode e usará de todos os mecanismos disponíveis para a proteção de seus conhecimentos.

Deve-se enxergar a Inteligência como um produto acabado, responsável pela coleta de informações, na adequada e profissional interpretação das mesmas, e pela rápida e eficaz difusão destas informações aos tomadores de decisão. O principal papel de um mecanismo de Inteligência é prover conhecimentos antecipados e atender a demanda de seu usuário. Desta forma, a Inteligência coordena os esforços com o objetivo de identificar os dados e informações necessárias aos tomadores de decisão. De acordo com Vidigal e Bessa (2004) existem várias demarcações para as diferentes visões e definições que caracterizam o mecanismo de Inteligência, porém nesta longa lista é relevante ressaltar os seguintes pontos:

- A maioria dos autores entende a Inteligência como um produto final, um produto refinado, destinado ao assessoramento;
- Fundamentalmente, a Inteligência deve servir como suporte ao processo decisório e ao planejamento estratégico;
- É baseada em uma metodologia de coleta e interpretação de dados e informações;
- Destina-se a atender uma necessidade específica dos planejadores e decisores;
- Deve ser proativa;
- O esforço da Inteligência Competitiva vai ser o meio-ambiente empresarial, os competidores, suas potencialidades e fraquezas, as ameaças que podem representar, etc.;
- É voltada para a decisão, para a ação;

- Deve avaliar a capacidade atual, a potencialidade futura, e intenções de potências estrangeiras, exércitos ou competidores.

Se levarmos em consideração o ponto de vista organizacional, a inteligência entra em uma possível contradição com as democracias uma vez que possui um órgão do Estado baseado no sigilo, cujo produto tem como objetivo favorecer o Estado. Porém, a mesma possui acesso às informações coletadas pelo órgão. Por esta razão foram criadas as Comissões de controle de atividade de Inteligência (geralmente exercidas pelo parlamento). Essa comissão tem como objetivo evitar o risco que uma organização de Inteligência sem o controle da sociedade venha a trair a mesma. Cabe a essas Comissões garantir que o poder obtido através das informações coletadas pela Inteligência não venha a ser usado contra a sociedade e/ou contra a democracia.

O mecanismo de Inteligência pode ser considerado como um órgão capaz de auxiliar governos, organizações e empresas tanto na tomada de decisão quanto na administração de conflitos. Vale ressaltar que o mecanismo de inteligência não tem seu uso restrito a prevenção de conflitos, mas podem também ser utilizados como ferramentas de conquista, prevendo bons negócios e decisões. A Inteligência deve obedecer às leis e ter caráter neutro. De acordo com Vidigal e Bessa (2004), o mandato estipulando as atribuições da atividade de Inteligência deve ser aprovado pelo povo, por meio dos seus representantes no Legislativo, de forma a assegurar o equilíbrio necessário entre o sigilo e a transparência.

Para Jackson e Sorensen (2007), podemos utilizar as abordagens realistas para explicar a necessidade do mecanismo de Inteligência para os países no cenário internacional atual. As ideias e premissas realistas se baseiam em: (1) uma visão pessimista da natureza humana; (2) uma convicção de que as relações internacionais são necessariamente conflituosas e os conflitos internacionais são, em última análise, resolvidos por meio da guerra; (3) apreciação pelos valores de segurança nacional e da sobrevivência estatal, assim como o da soberania; (4) um ceticismo básico com relação à existência de um progresso comparável ao da vida política nacional no contexto internacional. Caracterizando essas ideias e premissas como o ponto de vista da maior parte dos teóricos das Relações Internacionais, tanto no passado quanto no presente.

O pensamento realista caracteriza os seres humanos como preocupados com seu próprio bem-estar nas relações competitivas uns com os outros. Sendo assim, os

homens buscam estar no comando e não serem explorados, conseqüentemente se esforçam para assumir a liderança nas interações com os outros – inclusive nas relações internacionais com outros países. Sob este ponto de vista, todos os seres humanos são semelhantes em todos países, assim o desejo de obter vantagens sobre os outros e de evitar ser dominado é universal (JACKSON e SORENSEN, 2007, p.102).

Com isso em vista, a Inteligência de cada país é criada dentro de vários propósitos, um deles é exatamente a prevenção de ataques por parte de outros países, é saber o que o outro planeja, justamente pelo receio de dominação presente nos seres humanos, para assim o país estar de certa forma preparado e não ser pego de guarda baixa.

Esse caráter pessimista da natureza humana é apresentado na teoria de Relações Internacionais de Hans Morgenthau, (1965; 1985). Para este autor, o indivíduo possui constante desejo pelo poder, o que fica evidente na política, principalmente a internacional. Visto isto, “a política é uma luta pelo poder sobre os homens e quaisquer que sejam seus objetivos finais, o poder é seu objetivo imediato e as formas de adquiri-lo, mantê-lo e demonstra-lo determinam a técnica da ação política” (MORGENTHAU, 1965, *apud* - JACKSON e SORENSEN, 2007, pg 154).

Tucídides, Maquiavel, Hobbes e grande parte dos realistas clássicos aderem a este pensamento. A utilização do poder e a forma como o poder será usado são uma preocupação central da atividade política, caracterizando a política internacional como uma “política de poder”, um campo de conflito, guerra e rivalidade entre Países que buscam defender seu interesse nacional e sua sobrevivência.

Hobbes (1971) define que o homem é lobo do próprio homem e o Estado é considerado essencial para a vida da sociedade, uma vez que é capaz de garantir os meios e as condições de segurança e bem-estar. Para Hobbes, a vida do homem estaria destinada a ser limitada, curta e pobre caso não tivesse a interferência do Estado. Desta forma, o Estado é visto como o protetor de sua população, de sua soberania e de seu território. Hobbes atenta que o estado de natureza do homem é conflituoso e por isso é necessária à criação do Estado Soberano. Evidencia ainda os conflitos de interesse que geram uma falta de confiança entre os países, podendo gerar atritos entre os Estados.

Sendo assim, a inteligência de cada país tem como objetivo coletar as informações necessárias e verídicas fornecendo-as aos órgãos responsáveis pela neutralização das ameaças à soberania do seu Estado e à sua sociedade, garantindo desta forma o bem comum. As análises realizadas por estas instituições garantem aos Estado uma posição confortável no cenário internacional.

1.2 OS SERVIÇOS DE INTELIGÊNCIA AO REDOR DO MUNDO

Os Estados Unidos da América podem ser considerados um dos maiores exemplos de inteligência no cenário internacional. Durante a guerra fria, estes foram alvo de diversos agentes soviéticos infiltrados em agências do seu serviço de inteligência, sendo eles tanto no âmbito civil quanto militar. Muitos desses agentes obtiveram êxito em sua missão e centenas de documentos sigilosos foram enviados a União Soviética, ato que expôs principalmente o FBI, gerando a necessidade de se criar serviços de contra inteligência.

A missão nacional da contra inteligência consiste em explorar e combater toda e qualquer ameaça constituída por serviços de inteligência estrangeiros. Segundo Lowenthal (2009) contra inteligência se refere aos esforços tomados para proteger as próprias operações de inteligência contra a penetração ou perturbação de nações hostis ou seus serviços de inteligência. Defendendo ainda que a atividade é também mais do que segurança, ou seja, defender-se contra serviços estrangeiros de inteligência ou identificar brechas. Isso se dá uma vez que a contra inteligência bem-sucedida pode também abrir caminho para oportunidades analíticas e operacionais.

Podemos considerar que os Estados Unidos possuem uma relevância significativa no que diz respeito ao desenvolvimento dos serviços de inteligência no âmbito internacional, uma vez que possui um dos mais poderosos serviços de inteligência do mundo, contando com os mais bem treinados profissionais. Fato que tomou maior intensidade após uma série de ataques suicidas contra os Estados Unidos coordenados pela organização fundamentalista islâmica al-Qaeda em 11 de setembro de 2001 que geraram também a criação do contraterrorismo.

Tendo em vista o constante estado de alerta dos Estados Unidos, uma vez que ocupa o lugar de hegemonia no cenário internacional e considerando os ataques sofridos por este Estado, os EUA possuem um serviço de inteligência descentralizado. O Estado utiliza-se de vários órgãos responsáveis pela segurança Estatal. Entre as agências responsáveis pela atividade estão

oito organizações que compõem o Departamento de Defesa, sete dessas organizações são voltadas para políticas de departamentos civis e a CIA que possui ação independente.

Entre as agências militares estão a NSA (National Security Agency) responsáveis principalmente pela espionagem, NGA (National Geospatial-Intelligence Agency), responsável pela coleta e análise de imagens capturadas por satélites no espaço, NRO (National Reconnaissance Office) responsável pela construção e manutenção dos satélites espiões e o DIA (Defense Intelligence Agency) responsável pelas questões de âmbito militar. Todas essas agências, em conjunto com as Forças Armadas formam o serviço de inteligência dos EUA.

Entre as sete agências voltadas para o departamento de políticas civis está o FBI que embora tenha sua ação na unidade de polícia do Departamento de Justiça dos Estados Unidos, possui também um caráter de serviço de inteligência interno, o contra inteligência. Nos últimos anos, o FBI vem assumindo maior participação na área de inteligência, tendo suas ações voltadas para o contraterrorismo, crimes cibernéticos, tecnologia da informação, entre outros. O principal objetivo do FBI consiste em aplicar e manter as leis criminais exercidas dentro dos EUA.

A CIA, por sua vez, é considerada a principal agência de inteligência utilizada durante a guerra fria e tem suas ações voltadas para diversas áreas, aderindo inclusive a atividades secretas. Sua principal função está voltada para a coleta de dados fornecidos pelas demais agências, analisando a relevância de cada informação dentro dos interesses globais, garantindo a segurança dos Estados Unidos. A CIA também é responsável pela criação e desenvolvimentos de mecanismos e aparelhos para propósito de inteligência, garantindo aos EUA uma posição “confortável” no que diz respeito as “novidades” do cenário internacional. Em alguns casos, os agentes da CIA são escalados em missões para países estrangeiros, a fim de se coletar informações e desenvolver novas tecnologias nos EUA.

Diante da realidade global de segurança nacional, a CIA vem intensificando sua ação na criação de grupos multidisciplinares priorizando o contraterrorismo e da contrainformação, na mesma medida em que age em combate ao crime organizado e o tráfico de drogas internacionais, em uma ação de análise e monitoramento das ações no cenário internacional a fim de estabelecer uma segurança estável ao povo dos Estados Unidos.

É inerente que a utilização do serviço de inteligência seja crucial para o desenvolvimento e a segurança de um Estado. Segundo Johnson (2010):

"Intelligence can provide "cat's eyes in the dark" in the British phrase, although without necessarily being able to say precisely when or where something will happen. Even wealthy superpowers are unable to saturate the globe completely with expensive surveillance "platforms" designed for "remote sensing"—reconnaissance aircraft, satellites, and ground-based listening posts. The world is simply too vast."⁴

Podemos considerar a CIA uma instituição de suma relevância no que tange as ações protecionistas dos EUA. É através do trabalho realizado por esta instituição que os EUA desenvolvem grande parte de sua tecnologia e métodos preventivos, garantindo não apenas a segurança Estatal como também o desenvolvimento de novos métodos e artefatos de guerra. O trabalho da CIA em conjunto com as demais instituições norte americanas garante aos Estados Unidos uma posição confortável no cenário internacional, uma vez que disponibilizam todas as informações necessária para a estabilidade estatal ante aos seus adversários.

Outro Estado que possui uma ação relevante quanto as questões de inteligência é Israel. O país Judaico, situado na costa do Mediterrâneo, na saída do Oriente Médio para o Ocidente, é caracterizado por seu letal serviço secreto, sua tortuosa história política e seu brutal e eficaz serviço de inteligência, o Mossad. Este possui um histórico relevante quanto as suas operações especiais ao redor do mundo.

O Mossad foi criado com a principal atividade de atuação na imigração dos judeus que habitavam países onde a permissão para emigrar a Israel era negada ou dificultada. Fato que acontecia principalmente em países árabes, muçulmanos e União Soviética. Neste cenário, agentes israelenses eram enviados a determinados países com intuito de contatar comunidades judaicas em busca de meios para trazer israelenses de volta ao Estado de origem.

Foi necessário muito desenvolvimento até que os serviços de inteligência se tornassem, de fato, um serviço judaico. Podemos compreender esse fator à medida que observamos a comunidade judaica do mundo como um todo. Vale ainda ressaltar que grande parte dos judeus espalhados pelo mundo foram, a priori, agentes recrutados. Muitos desses agentes se

⁴ Na frase britânica, a inteligência pode fornecer "olhos de gato no escuro", embora sem necessariamente poder dizer precisamente quando ou onde alguma coisa acontecerá. Mesmo as superpotências ricas são incapazes de saturar o globo completamente com "plataformas" de vigilância caras projetadas para "controle remoto" - aeronaves de reconhecimento, satélites e mensagens de escuta baseadas no solo. O mundo é simplesmente muito vasto.

voluntariaram a espionar os Estados adversário em nome de Israel com o principal intuito de proteger os judeus que se encontram longe de sua “pátria histórica”, além de garantir a volta ao Estado natal. Sendo esta uma obrigação moral e legal dos serviços de informações israelenses.

”Na verdade, é o caráter israelense que domina a história da comunidade de informações da nação. Acima de tudo, independente de foguetes em órbita, escuta eletrônica ou outras invenções da era espacial, acrescentadas a seu arsenal, Israel sempre se baseou na humint. Os recursos humanos dos serviços secretos – seus agentes – é que têm lhe proporcionado a vantagem decisiva. (RAVIV; MELMAN, 1991, p. 30).

Em busca de se definir no âmbito secreto e garantir vantagens para a propagação dos interesses nacionais, a comunidade de informações, especialmente o Mossad, está voltada principalmente as ações de vínculos e alianças estratégicas com outros serviços secretos. Um dos principais Estados que possuem relações com o Mossad é a CIA americana. Essa aliança foi realizada através de acordos secretos bilaterais de compartilhamento de informações, ação facilitada devido ao Holocausto sofrido pela comunidade Israelense durante a segunda guerra mundial.

A excelente ação estratégica do Mossad o levou ao topo da cadeia hegemônica das agências secretas. A instituição investe em alianças periféricas e defende a expressão: “o inimigo do meu inimigo é meu amigo”. O Mossad baseia sua atuação principalmente na aliança com as minorias oprimidas dentro dos Estados.

Seu caráter de excelência garantiu ao Mossad vínculos com Estados que oficialmente não mantem relações diplomáticas com Israel, no entanto pactuam de acordos diplomáticos secretos. São os casos do Marrocos, Turquia, Etiópia, Cingapura e Indonésia. Em todos estes casos, o Mossad treinou as forças de segurança dos países, e em troca instalou 109 unidades da agência em seus territórios, tendo acesso a comunidades judaicas que ali viviam, com intuito de promover a emigração destes a Israel.

Através dessas medidas, o Mossad ampliou significativamente seu poder de infiltração na África e Ásia, ampliando acesso a informações e aumentando seu poder de influência mundial. Com isso, o número de imigrantes teve um aumento consideravelmente ao longo dos anos. Outra forte atuação do Mossad é a contraespionagem, fator que teve maior relevância uma vez que diante da maior imigração de israelenses, agente infiltrados também passaram a integrar a sociedade israelense, principalmente da União Soviética.

É importante ressaltar ainda o Departamento de Informações do Exército e, Aman, acrônimo hebraico para Agaf ha-Modi'in. Embora não seja tão conhecido quanto o ramo externo Mossad, o Aman é, no entanto, de extrema utilidade e eficácia dentro da comunidade de informações e tem como sua principal função a coleta de informações sobre os exércitos árabes. Atua em todos os países vizinhos e em países de localização próxima às fronteiras israelenses que representam alto grau de risco para Israel. É também considerado o principal responsável pela censura militar da imprensa israelense, de conteúdos que podem vir a ameaçar a segurança nacional se tornarem-se públicos.

Atualmente, o Mossad é considerado um dos melhores serviços secretos do mundo por sua eficiência e persistência em atingir seus objetivos. Suas funções têm aumentado consideravelmente a ponto em que se instalam como principal serviço de inteligência israelense. Entre suas principais ações estão a prisão, com a colaboração do caçador de nazistas Simon Wiesenthal, do oficial nazista Adolf Eichmann, sequestrado na Argentina e levado secretamente para Israel, onde foi julgado e sentenciado a morte por enforcamento (1962), a Operação Diamante, concebida para obter um caça soviético MiG-21, com a finalidade de estudá-lo através de engenharia reversa. Esta operação teve êxito em 16 de Agosto de 1966, quando o desertor Munir Redfa roubou um MiG-21 do Iraque e entregou-o para Israel. Além do Fornecimento de informações sobre posicionamento de tropas, armas e bunkers sírios durante a Guerra dos Seis Dias em 1967, obtidas pelo já então falecido espião Eli Cohen, entre outros.

”O Primeiro-Ministro David Ben-Gurion e seus colegas [...] sabiam desde o início que precisavam de excelentes informações para ajudá-los na luta pela sobrevivência. Seu país figurava entre os menores da Terra, mas teria de desenvolver os melhores serviços secretos do mundo (RAVIV; MELMAN, 1991, p. 17). ”

É inerente que a atividade de inteligência tenha papel fundamental no que condiz a segurança e desenvolvimento estatal. É através desses serviços que os Estados garantem não apenas uma estabilidade ante aos seus adversários como também desenvolve novas tecnologias e estratégias de prevenção. Os serviços de inteligência garantem aos Estados não apenas um desenvolvimento nacional, como também possibilitam um conhecimento e análise acerca do que acontece no cenário internacional. Um Estado sem uma inteligência forte e atuante está em constante estado de alerta, uma vez que a incerteza gera conflitos.

3. UMA ANÁLISE DO NEOINSTITUCIONALISMO HISTÓRICO

A conexão existente entre as relações internacionais, a competitividade entre os Estados e a inteligência dos países são consideradas de extrema importância para assegurar a segurança nacional de um Estado. É evidente que para se garantir uma ordem mundial e prevenir possíveis guerras, os Estados precisam se respaldar dessas ações. As relações internacionais garantem a boa comunicação entre os Estados, a competitividade e o desenvolvimento de ações preventivas e de desenvolvimento e a inteligência.

No período de 1918 a 1939, as relações internacionais foram predominantemente liberais. A vertente liberal foi uma consequência e herança do Iluminismo europeu, que por sua vez confiava na razão humana e na possibilidade de uma resolução pacífica para os conflitos, sem que houvesse a necessidade de guerras para resolver as tensões internacionais. Os teóricos desta vertente acreditavam no sucesso da Liga das Nações e por isso partilhavam da ideia de que não havia necessidade de uma guerra para solução de problemas de interesse de conflitos, descartando, assim, o ato de guerra como um recurso a ser usado nas relações internacionais.

Com a chegada da II Guerra Mundial e a Guerra Fria, a vertente liberal perde sua força, deixando evidente a existência da tensão entre as nações, exigindo de certa forma a necessidade de se criar uma vertente mais focada nos problemas estratégicos e de ordem militar. Desta forma, surge a vertente realista, fortalecida durante a Guerra Fria. Esta vertente voltava-se ao fato da necessidade de proteção às ameaças dos países e aumento da participação no cenário internacional, o que resultaria, conseqüentemente, em divergências e conflitos estatais.

Na vertente realista, os pontos militares e estratégicos são de extrema importância para segurança estatal. Outros aspectos relevantes, nesta vertente, são os de ordem ambiental, social e político. Com a consolidação da vertente realista, surge a necessidade da potencialização do fator segurança no Estado. A Inteligência posiciona-se, neste contexto, como a principal fonte de informação sobre ameaças que colocasse em risco a manutenção da autonomia e a segurança nacional.

Após a consolidação da teoria realista começa a despontar no cenário a teoria institucionalista. Baslé (1998) defende que essa teoria teve sua inicialização na Alemanha a partir de um viés econômico e surgiu em contrapartida ao liberalismo clássico, a fim de

desconstruir a possibilidade de uma ordem socioeconômica autorregulada exclusivamente através dos atributos individuais de racionalidade e liberdade.

Esta teoria trazia um novo conceito de estrutura estatal e avançava no que diz respeito à constituição de uma dinâmica de instituições. Seu núcleo de pensamento centrava a análise na importância do papel das instituições nas ações da sociedade, avaliando uma situação presente que molda o futuro, através de um viés seletivo e coercitivo, capaz de orientar a forma como o ser humano observa determinada situação e como essa avaliação afeta seu fortalecimento de pontos de vista e cria valores sociais.

Segundo Veblen (1899), a vida do homem em sociedade, assim como a vida de outras espécies, é uma luta pela existência e, conseqüentemente, é um processo de seleção adaptativa. A evolução da estrutura social tem sido um processo de seleção natural das instituições. Este processo de seleção ou coerção institucional não implica que este órgão seja imutável ou rígido, mas compreende a capacidade de influência/mudança na atitude e ações da sociedade.

Outro fator importante do Institucionalismo era o tratamento voltado a política social. Essa vertente foi responsável por criar novas soluções para as questões sociais, partindo do pressuposto de que o Estado é considerado uma agência cuja assistência é um fator de suma importância para o progresso humano. O surgimento da escola institucionalista ganhou bastante adeptos nos Estados Unidos da América. Essa influência foi evidente a partir do *The American Economic Association*, órgão divulgador do institucionalismo norte americano que valorizava a dimensão histórica dos eventos socioeconômicos.

Os institucionalistas norte-americanos adaptaram a ideia alemã à tradição individualista de sua própria cultura e obtiveram grandes contribuições, além de conseguirem afastar o viés totalitário de seus predecessores. Dado isso, podemos considerar que o institucionalismo norte-americano caracterizou o ponto inicial da elaboração dos conceitos de hábitos e rotinas, bem como estabeleceu as atribuições das instituições dentro deste contexto.

Outro fator relevante do institucionalismo era o de designar às instituições a reponsabilidade de unidade elementar de análise, substituindo a racionalidade prevista pelos neoclássicos. Hodgson define:

"O núcleo de ideias do institucionalismo diz respeito às instituições, hábitos e sua evolução. Contudo, os institucionalistas não tentam construir um modelo único e geral

sobre a base daquelas ideias. Ao contrário, essas ideias facilitam um forte ímpeto em direção a abordagens específicas e historicamente localizadas para a análise." (HODGSON, 1998 p. 168).

Embasadas na teoria institucionalista, observa-se a partir da década de 80 o surgimento de novas abordagens denominadas "neoinstitucionalistas". Podemos destacar três vertentes neoinstitucionalistas que apresentam a atuação das instituições que objetivavam a obtenção de resultados sociais e políticos para o Estado. Podemos classificá-los como: o institucionalismo histórico, o institucionalismo da escolha racional⁵ e o institucionalismo sociológico⁶ (HALL & TAYLOR, 2003).

O institucionalismo histórico teve início nos anos 60 e 70 como uma resposta à vida política do estruto-funcionalismo e aos grupos que tinham o controle da ciência política da época. Os teóricos desta vertente tinham como base a vida política e o conflito entre grupos rivais pelo controle dos recursos escassos, buscando encontrar a relevância entre as situações políticas nacionais e para a desigualdade de poder e de recursos. Buscavam ainda encontrar uma explicação para tais fatores no modo em que a organização institucional da comunidade política e das estruturas econômicas geravam um conflito de interesses.

Os teóricos dessa corrente eram influenciados pela ideia de que a comunidade política era um sistema global, composto por partes que interagem entre si. Essa concepção apesar de aceita recebeu diversas críticas, uma vez que considerava características sociais, psicológicas ou culturais dos indivíduos como fator de impacto no funcionamento global. Por outro lado, esses teóricos acreditavam que a organização institucional da comunidade política ou a economia política era o fator responsável por influenciar e estruturar o comportamento da sociedade.

Para o Institucionalismo histórico, o Estado pode ser denominado como um complexo formado por instituições capazes de estruturar a natureza e também os resultados consequentes dos conflitos entre os grupos. Os teóricos dessa escola se propõem a analisar de que forma as instituições políticas e sociais afetam a estruturação das ações de interação social capazes de produzir situações políticas e econômicas determinantes em cada Estado. Essa ação é realizada

⁵ Baseado em cálculos estratégicos capazes de definir as ações dos atores através de um acordo voluntário.

⁶ Fundamenta as semelhanças na racionalidade das práticas e formas institucionais, independentemente do contexto em que atuam.

através de comparações transnacionais e estudos comparativos de políticas públicas, atentando ao impacto causado pelas instituições nacionais, incluindo também aquelas responsáveis pela estruturação das relações entre legisladores, eleitorado e o poder judiciário.

Segundo Hall and Taylor (2003), os institucionalistas históricos buscam relacionar as instituições, as organizações e as regras e definem por instituição todo e qualquer protocolo, convenções oficiais e oficiosas e normas, que possuam uma relação direta com a organização da comunidade e economia política.⁷ Para os teóricos desta escola, é necessário se conceituar a relação entre instituições e comportamento individual de uma forma abrangente, visto que as assimetrias encontradas na análise de poder existentes estão associadas ao funcionamento e ao desenvolvimento das instituições. Procurando ainda correlacionar a forma como as instituições influenciam situações políticas através da influência de fator, como, por exemplo, as ideias. Buscam explicar semelhanças na racionalidade das práticas e formas institucionais, independentemente do contexto em que atuam.

Para os institucionalistas históricos existem duas perspectivas neoinstitucionalistas que possibilitam o entendimento da capacidade de influência entre o comportamento humano e as instituições, a perspectiva calculadora e a perspectiva cultural.

A perspectiva calculadora acredita que a forma como o ser humano age é estrategicamente calculada. Os indivíduos maximizam seus rendimentos através de uma função de preferência. Nesta posição, as instituições influenciam o comportamento dos indivíduos de forma que oferecem aos atores uma forma de previsão do comportamento atual e presente de outros indivíduos, caracterizando a interação estratégica e possibilitando os atores à criação de mecanismos de aplicação de acordos, às penalidades em caso de defecção, etc. A perspectiva calculadora acredita que as instituições se sustentam pois seguem, de certa forma, a ordem do equilíbrio de Nash, onde os ganhos para os indivíduos se tornam maiores a partir do momento em que eles aderem ao modelo de comportamento sugerido, tornando as instituições mais fortes e consolidadas a partir do ponto em que elas promovem o bem estar da sociedade e preveem conflitos.

⁷ Se estendendo desde as regras de uma ordem constitucional, e procedimentos de funcionamento até convenções que regem o comportamento de sindicatos.

A perspectiva cultural, no entanto, acredita que o comportamento do indivíduo não é apenas estratégico, mas leva em consideração os aspectos de visão de mundo particular de cada ator. Reconhece a racionalidade do comportamento humano ao mesmo tempo em que acredita que as experiências passadas servem como parâmetro de análise para futuras ações. Considera os indivíduos mais como *satisficers* do que *optimizers*⁸ no que diz respeito a maximização da sua utilidade. Para a perspectiva cultural as instituições oferecem os modelos morais e cognitivos que facilitam a ação e a interpretação, uma vez que os indivíduos estão inseridos em uma esfera de instituições composto por cenários, protocolos e símbolos que auxiliam na linha de ação dos atores. Nesta perspectiva, as instituições se mantêm devido a sua resistência quanto a serem postas, sendo capazes de estruturar um modelo de decisão que poderá ou não ser aplicado pelos atores.

Os teóricos do institucionalismo histórico defendem a trajetória percorrida avaliando o modo de ação através das consequências já conhecidas, *Path dependence*, e rejeitam o ideal tradicional de que os resultados são os mesmos e possuem força e ação igualitária em todos os lugares. Para os institucionalistas históricos, as forças sofrem alteração conforme contexto local, herdado do passado, e as instituições possuem papéis fixos na história auxiliando no desenvolvimento de um conjunto de trajetórias que estruturam a resposta de uma nação a novos desafios.

Os teóricos desta vertente também acreditam nas consequências imprevistas das instituições existentes e nas insuficiências que as mesmas produzem. Um dos problemas mais abordados consiste em explicar como se dão as situações extremas e também o impacto que crises econômicas e conflitos militares podem produzir dentro do Estado. Não se limitam a conceituar as instituições como fator único capaz de influenciar na vida política dos atores e situam as instituições em uma cadeia causal, tornando possível considerar outros fatores, como desenvolvimentos socioeconômicos e a difusão das ideias.

O institucionalismo histórico foi praticamente a primeira versão do novo institucionalismo, que surgiu dentro da disciplina Ciência Política. A formulação do institucionalismo histórico se baseou na influência que diversos fatores institucionais podem ter sobre as decisões políticas e sobre o desempenho dos governos. Esta vertente resulta mais

⁸ *satisficers* aqueles que estão satisfeitos com determinada situação; *Optimizer* aqueles que buscam sempre uma melhoria.

em um curso de evolução do que em um acatamento completo da norma inicial. Sendo assim, o *path dependence* não seria uma influência do passado como força que controla o futuro das instituições e das suas políticas, e sim um caminho a ser seguido (PETERS, 1999).

Segundo Peters, (1999), o principal elemento destacado no modelo operacional das instituições na perspectiva do institucionalismo histórico é a análise da influência exercida pelas ideias sobre a definição das instituições. Para ele, as ideias podem ser consideradas componentes centrais para definir as instituições dentro dos problemas abordados pelo institucionalismo histórico. Esta vertente enfatiza a necessidade da atribuição de ideias às estruturas que sustentam as instituições, portanto, à medida que a ideia é aceita e agregada a uma forma estrutural, existe a criação de uma instituição.

De acordo com essa abordagem, a partir do momento em que os indivíduos reconhecem os ideais de determinada instituição estão automaticamente de acordo com as restrições que a mesma impõe. Estes teóricos propõem uma maneira de analisar a política através do tempo, enquanto outros enfoques neoinstitucionalistas estão mais limitados no tempo e no espaço. A maior dificuldade para os investigadores dessa vertente é a capacidade de prever a mudança institucional, uma vez que estão inseridos em um determinado padrão. Embora os pressupostos básicos deste modelo não sejam tão rígidos, o institucionalismo histórico se mostra limitado na identificação das mudanças, dentro do sistema de equilíbrios que caracteriza as previsões desta tendência. Porém, não podemos considerar esse fator como uma falha grave, visto que o modelo possui uma característica mais descritiva do que explicativa.

O institucionalismo histórico pode ser considerado a escola que mais se assemelha as demais vertentes do institucionalismo, o que é considerado uma vantagem, uma vez que a similaridade aos outros enfoques e a linha histórica é capaz de se integrar com a maioria das outras vertentes e possivelmente gerar uma teoria institucionalista integrada.

As três vertentes existentes dentro do neoinstitucionalismo nos permitem uma compreensão do mundo político, não significando, no entanto, que nos proponham as mesmas imagens e ideias. Deste modo, cada vertente apresenta características peculiares mesmo podendo de alguma forma utilizar outro enfoque em sua estrutura. Esta característica não chega a ser negligenciável, já que todos os enfoques são considerados tanto convincentes quanto importantes.

Consideramos assim como eixo norteador do presente trabalho o institucionalismo histórico que determina que o comportamento de um determinado ator pode vir a sofrer influência das possíveis estratégias a serem adotadas por outros atores ao mesmo ponto em que também tem como influência o conjunto familiar de modelos tanto cognitivos quanto morais, considerando a estrutura existente das instituições. Para isso, os enfoques tanto calculador quanto o cultural, acreditam que as instituições influenciam a ação dos atores a partir do momento em que criam uma expectativa relativa às possíveis ações dos outros atores. No entanto, há a possibilidade que este ator estratégico tenha também sofrido influência ou sido guiado por um sentimento cultural que predeterminaria o que deveria ser feito ou até mesmo através de fatos de ordem imprevisível, como a exemplo das crises financeiras ou conflitos étnicos.

A utilização do institucionalismo histórico ao decorrer do trabalho nos permite compreender a relevância quanto a análise dos fatos históricos a partir do ponto em que a sociedade precisa se utilizar de métodos e conhecimento prévios a fim de garantir êxito em suas ações. Hobsbawm (1995), por sua vez, considerava que o mal do século XX consistia entre tantas coisas, na falha quanto a memória histórica da sociedade. Para ele, o homem vive em constante necessidade de produção, englobado em um sistema de instituições controladoras, capazes de levar a sociedade a um esquecimento quanto os acontecimentos históricos passados, abrindo espaço para repetições de conduta. Uma vez que o homem possui conhecimento, porém não tem lembrança recente quanto as questões passadas, aumenta-se a possibilidade de que antigos regimes tornem a ocupar um espaço de relevância tanto no âmbito interno quanto externo O que poderá gerar conflitos entre os Estados.

A partir da aplicabilidade dos ideais do institucionalismo histórico, os chefes de Estado poderão elaborar e aplicar tratados e acordos entre os países que possuam interesses em comum, além de analisar as especificidades de cada Estado. A criação desses tratados e acordos serão baseadas em uma análise das experiências vividas na atualidade e no passado dos países interessados utilizando-se das atribuições de cada instituição interna, garantindo o bem comum. Os tratados e acordos são considerados de suma importância na boa relação entre os Estados, podendo ser caracterizados como um caminho a se encontrar o equilíbrio e evitar guerras.

A análise das necessidades de cada Estado pode ser considerada também uma responsabilidade do serviço de inteligência. Grande parte da sociedade ainda possui certa

dificuldade em reconhecer a legitimidade da atividade de inteligência, uma vez que as mesmas tiveram sua criação em épocas ditatoriais civis e/ou militares, como a exemplo do Brasil. Este receio se dá devido ao comportamento repressor dos mecanismos de inteligência civis e militares da época. No entanto, é eminente que a ação dessa instituição é fundamental para elaboração desses acordos, uma vez que busca fazer uma análise geral do todo o cenário internacional e suas projeções.

Nos países onde o nível de institucionalização é alto, o sistema de inteligência tem como principal atribuição a análise e coleta de informação de alta relevância estratégica. Assim como defendido pelo institucionalismo histórico, a função central dessas organizações consiste em subsidiar processos de tomada de decisões com as informações necessárias ao auxílio do desenvolvimento de políticas públicas e informações que possam afetar o ambiente estratégico eventualmente, em áreas como a de Segurança Pública, Relações Internacionais e Defesa Externa. Embora nem todas essas atividades ocorram em caráter legal, vale-se ressaltar que estão sempre em mecanismo de controle e tem obtido sucesso em sua aplicabilidade ao longo dos anos.

Nesses aspectos, pode se considerar o órgão de Inteligência como principal vetor no desenvolvimento de métodos de pesquisas e análise de informação capazes de assegurar a segurança estatal, levando em consideração não apenas cálculos estratégicos, mas também questões políticas, sociais e de ideais. Segundo o neoinstitucionalismo histórico, essas análises são capazes de traçar uma linha analítica de cada Estado e desenvolver mecanismo que garantirão a segurança nacional.

A influência exercida pelos serviços de Inteligência consiste exatamente em se estabelecer uma estrutura capaz de desenvolver essa área de estudo e assegurar o desenvolvimento e segurança, ao mesmo ponto em que garante a criação de novas ações de prevenção. É a partir do reconhecimento da inteligência como instituição fundamental para a estabilidade estatal que o Estado pode garantir um desenvolvimento ante aos seus adversários e uma constante evolução de atuação.

4. O CASO DA OPERAÇÃO ÁGATA

4.1. A aplicabilidade do estudo de caso nas ciências sociais

A pesquisa científica tem como finalidade a construção de conhecimentos válidos, realizados a partir de métodos e técnicas que possibilitam uma generalização dos dados coletados. O principal objetivo desse método de pesquisa é estabelecer um conhecimento pertinente que se sobreponha a prévias teorias que já não sustentem os objetos em análise. Sendo assim, a pesquisa busca estabelecer um mecanismo de dedução capaz de suprir teorias que compreendam os fenômenos sociais e políticos de forma geral.

A pesquisa possui, em sua base de criação, o intuito de compartilhamento de dedução, com a finalidade de gerar mecanismo mais eficazes a comunidade. Segundo Sandes (2015), uma pesquisa deve ir além das divergências existentes entre as formas metodológicas adotadas, que são centradas muito mais no estilo do que na essência. Deve buscar também o compartilhamento dos métodos de pesquisa, para serem ensinados, compartilhados e aprimorados pela comunidade científica.

O estudo deve considerar a possibilidade de falha, uma vez que lida com dados de incerteza e a visão e conhecimento de mundo é distinta em cada ator. Esse estudo pode ser considerado também como um viés capaz de aprimorar as teorias já estabelecidas. A exemplo disso, temos o estudo de caso de Robert Dahl a respeito da cidade de New Heaven, nos Estados Unidos. O que posteriormente veio a ser representado na obra: *Who Governs? Democracy and power in an american city*, publicada em 1961. Em seu estudo, Dahl elaborou, de forma descritiva, o modelo de funcionamento do sistema democrático em um contexto de desigualdade de distribuição de recursos. Ele observou que nem sempre, em um âmbito democrático, os detentores de maior número de riquezas são os detentores de poder. O que veio a contrapor a teoria de Wright Mills a respeito da dinâmica de elites do poder nos Estados Unidos, o que contribuiu fortemente para o fortalecimento da teoria democrática.

Sendo assim, observa-se a aplicabilidade do estudo de caso na evolução do desenvolvimento e criação das teorias adotadas nas ciências sociais. O incentivo ao uso de pesquisas serve como um viés de análise para as teorias estabelecidas ao longo dos anos. A comprovação dos dados apresentados por esses estudos de caso, permitem ao cientista tanto uma confirmação quanto a uma teoria já utilizada, quanto a evolução e criação de novas teorias.

O estudo de caso apresentado nesse trabalho servirá como mecanismo de confirmação quanto as perspectivas defendidas pelo institucionalismo histórico e sua estrutura será dividida conforme quadro apresentado abaixo.

Quadro 1 – Desenho de pesquisa

LUGAR DO ESTUDO DE CASO NO TRABALHO	O estudo de caso, através de seus dados coletados, permitirá ao trabalho uma confirmação da aplicabilidade das perspectivas do institucionalismo histórico como viés de influência da Inteligência brasileira no planejamento estratégico da segurança nacional.
QUESTÃO DE PESQUISA	Como a Inteligência influencia o planejamento estratégico da segurança nacional? De que forma os mecanismos de inteligência agem dentro do âmbito interno? Por que a coleta de dados e informações possui relevância no auxílio das tomadas de decisão?
CONEXÃO DO ESTUDO COM A TEORIA	O institucionalismo histórico é utilizado ao decorrer da pesquisa, uma vez que defende a utilização das experiências vividas, <i>path dependence</i> , como mecanismo de criação de estratégias capazes de estabelecer a ordem nacional, bem como defende que as instituições são capazes de moldar as ações adotadas pelos indivíduos.
TIPO DE ESTUDO DE CASO	Descritivo
FONTES DE EVIDÊNCIA	Portal Brasil, Site Oficial do Ministério da Defesa, Revista Brasileira de Inteligência Nº 11, Site Oficial ABIN.

Fonte: Elaboração da autora com base em Yin (2001).

Para isso, serão avaliados os dados e análises coletadas no estudo, a fim de se estabelecer uma confirmação das premissas defendidas no institucionalismo histórico nas questões de influência dos serviços de Inteligência no planejamento estratégico da segurança nacional.

4.2 A OPERAÇÃO ÁGATA 11

O assunto de inteligência tem sofrido grande influência tanto no Brasil quanto no restante do mundo. No cenário internacional podemos observar diversos fatos relacionados a essa área, como a exemplo dos vazamentos do Wikileaks, das ações terroristas em todos os continentes, entre outros.

No Brasil, tivemos acontecimentos importantes como os jogos Olímpicos e Paraolímpicos, a Copa do Mundo, a Copa das Confederações, a Jornada Mundial da Juventude e a Rio+20. Esses principais eventos estão relacionados diretamente com a Atividade de Inteligência, uma vez que podem interferir na segurança pública do Estado.

A criminalidade em território nacional pode ser considerada outro problema relevante que tem gerado esforços contínuos por parte dos órgãos de inteligência e segurança no país. Em virtude dessas ameaças, o Brasil tem estabelecido práticas para o aperfeiçoamento do exercício da Atividade de Inteligência. Através dessas ações, o Estado busca ampliar o leque de ações governamentais capazes de minimizar os efeitos desses crimes e combatê-los veemente. Dentre elas estão as denominadas Operações Ágata.

A presente pesquisa tem como objeto de estudo a compreensão da forma como a Inteligência contribui para a boa execução dos mecanismos protecionistas de Estado, a fim de garantir maior êxito nas operações realizadas em território nacional. Até que ponto a Inteligência influencia o planejamento estratégico das ações exercidas pelos órgãos governamentais nas questões de segurança? Para responder essa questão de pesquisa, observaremos a importância das informações coletadas e analisadas pelo serviço de Inteligência no auxílio ao efetivo trabalho realizado pelos órgãos governamentais no combate à criminalidade estabelecida nas áreas fronteiriças.

As questões de segurança e Inteligência permitem ao Estado desenvolver técnicas e ações que o auxiliarão nas mais relevantes tomadas de decisão ao longo de sua política nacional e internacional. Em um Estado onde as premissas de segurança e Inteligência são preservadas

e desenvolvidas, os ganhos de estabilidade são notórios. O bom desenvolvimento do trabalho de Inteligência, assim como um maior investimento voltado a essa área, estabelecem ao Estado uma posição de conhecimento capaz de gerar segurança Estatal. A partir das informações fornecidas pelos serviços de Inteligência, o Estado é capaz de produzir uma estratégia protecionista estruturada e eficaz.

A escolha do estudo referente a operação Ágata se deu devido ao seu alto índice de sucesso de operações ao longo dos anos, o que vem possibilitando as instituições estabelecerem regras e normas que assim como defendido na perspectiva calculadora do institucionalismo histórico visam uma melhoria nas questões de Inteligência e segurança dentro do cenário nacional a medida que realizam uma análise baseada em uma previsão de comportamento atual capaz de gerar normas e regras que auxiliarão na estabilidade estatal.

Durante as análises e coleta de dados realizados nas Operações Ágata, a Inteligência brasileira foi capaz de desenvolver não apenas novos mecanismos protecionistas como maior fiscalização e inspeções nas fronteiras, como pode também estabelecer uma maior conexão com as comunidades residentes no espaço fronteiriço, a fim de disponibilizar uma melhor condição de vida aqueles que habitam as fronteiras.

O caráter analítico da pesquisa se dá devido à escassez de conhecimento acerca das atividades desenvolvidas pelos serviços de Inteligência brasileiro. Através de uma análise quanto as ações adotadas pela Inteligência nas Operações Ágata 11, buscaremos compreender a forma de atuação proposta pelos serviços de inteligência, bem como os meios utilizados em sua ação estratégica.

As áreas de fronteiras foram consideradas, durante um expressivo tempo, como um espaço de pouca inserção do Estado. Desde 2011 e através das Operações Ágata, o governo brasileiro vem intensificando suas atividades nessa região, uma vez que foi observado um crescente índice de atividade ilícitas⁹ provindas dela. Combater as ações criminosas existentes nos espaços de

⁹ Segundo relatório do Departamento de Estado dos Estados Unidos sobre as estratégias internacionais de controle de narcóticos, a criminalidade no Brasil vem crescendo consideravelmente. Atualmente, a principal rota da droga que sai da Bolívia, Colômbia e do Peru com destino à Europa, passando pelo oeste da África, é o Brasil. Outro ponto débil são os rios de fronteira, por onde a droga entra livremente, cruza o oceano em barcos e contêineres, e chega até os consumidores europeus.

fronteira além de garantir a proteção da sociedade ante ao aumento de criminalidade, garante ao Estado o poder de manutenção da segurança Estatal.

A importância do debate acerca da Operação Ágata 11 pode ser observada a partir do viés de que os crimes realizados nos espaços fronteiriços têm impactos diretos nas questões de segurança pública do país. A exemplo disso podemos citar o tráfico de drogas. Oriundo da fronteira do Paraná com o Paraguai, segundo dados emitidos através da Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes - estrutura ligada à Organização das Nações Unidas - em 28 de fevereiro de 2012, cerca de 80% da maconha comercializada no Brasil, em 2011, entrou pelo Paraguai. Ou seja, a droga consumida no país passa pelas áreas fronteiriças, aumentando o nível de criminalidade do Estado. Outro fator de importante discussão é a questão do tráfico de armas e munição, este representa um alto nível de preocupação para o Estado brasileiro.

A partir do momento em que as facções criminosas brasileiras passam a traficar armas para dentro do Estado, podemos observar um "adversário" fortemente munido contra a segurança pública. O Rio de Janeiro é um exemplo desta realidade. Atualmente, em combate com as associações criminosas dos morros da região, a polícia pode observar uma "corporação" munida de artefatos de alta tecnologia. Em alguns casos, os criminosos possuem armas melhores do que a da própria polícia, o que gera uma enorme dificuldade no combate ao crime organizado dentro do Estado.

Tratar sobre as questões das atividades ilícitas realizadas nas fronteiras é um assunto de suma importância para as relações internacionais, uma vez que é através dessa área que diversas ações criminosas do país se dão início. É através das fronteiras que se inserem considerável parte das atividades ilícitas realizadas em âmbito interno. A partir do ponto que o Estado controla o que entra e sai de sua região, é possível se estabelecer uma administração básica das atividades desenvolvidas em solo nacional.

Sendo assim, ao decorrer desse estudo, faremos uma análise descritiva, utilizando de uma sequência de eventos ocorridos no mês de junho de 2016 e através de uma análise das operações realizadas nas áreas fronteiriças com o intuito de estabelecer os mecanismos adotados no planejamento dos bloqueios e inspeções realizados pela Operação Ágata 11, a fim de se compreender a influência do papel da Inteligência no combate aos crimes derivados dessa região. Através dessa investigação, observaremos um padrão de ação dos órgãos

governamentais em trabalho conjunto com a Inteligência brasileira no combate aos crimes realizados, bem como na criação de medidas protecionistas dentro do cenário nacional.

Diante da escassez de informações quanto ao desenvolvimento das atividades de inteligência realizadas em território nacional e internacional, uma vez que suas ações possuem cunho sigiloso, as fontes de evidência aqui apresentadas são providas das revistas, sites e relatórios realizados pela própria ABIN, bem como entrevista de jornais e canais de informações.

Assim como defendido pela perspectiva cultural do institucionalismo histórico, para fins de análise de Inteligência, observaremos que as mesmas se utilizam, como viés de estudo e coleta de informação, não apenas das atividades apresentadas nos aspectos de solo, como também através da visão de mundo particular de cada ator. Dessa forma, em desenvolvimento de seus relatórios, observaremos uma estratégia que reconhece a racionalidade do comportamento humano ao mesmo tempo em que acredita que as experiências passadas servem como parâmetro de análise na prevenção de ações futuras.

As operações Ágata envolvem segmentos policiais, militares e de Inteligência que tem como principal objetivo a prevenção e combate das atividades ilícitas nas regiões de fronteira do país, como também a aprovação do Regimento Interno da Comissão Parlamentar voltada ao controle da Atividade de Inteligência. Como eixo norteador deste estudo de caso, utilizaremos as ações adotadas pelas Operações Ágata no Arco Sul do Brasil, mais conhecida como Ágata 11, entre os dias 13 a 22 de junho de 2016.

Iniciadas desde de 2011, as operações Ágata podem ser consideradas uma ação de defesa e estão inseridas e operacionalizadas pelo Ministério da Defesa através do gerenciamento do processo de produção de conhecimentos, a fim de subsidiar o planejamento operacional das ações de "guerra" ou "não guerra" das Força Armadas. Em comunicado oficial do Ministério da Defesa do dia 17/06/2016, o Ministro de Defesa, Raul Jungmann, afirmou que a Operação Ágata 11 teve como principal função a defesa da soberania nacional, representando uma ação propositiva em termos de melhora nos índices de segurança pública.

Essa Operação estabeleceu atividades na problemática fronteira. Sua ação teve cunho militar de larga escala, episódica, de caráter repressivo, executada na modalidade interagências

e atuante, com poder de polícia, dentro de um raio de 150 quilômetros delimitados como faixa de fronteira. Essa operação teve seu caráter de ação em conjunto com a Operação Sentinela.

A Operação Sentinela teve suas atividades coordenadas pela Polícia Federal, e desenvolveu suas ações através da realização de investigação de crimes transnacionais, enquanto a Operação Ágata, coordenada pelo Ministério da Defesa, atuou de forma episódica e estruturada com base em ações ostensivas de patrulhamento e bloqueio. Desta forma, as operações Ágata instituem o aumento da fiscalização e segurança nas fronteiras. O caráter episódico, assim como os trabalhos de Inteligência desenvolvidos nessas ações asseguraram o sucesso dessa operação.

Segundo dados apontados pelas Forças Armadas no dia 13/06/2016, durante os dias 13 a 22 de junho de 2016 a Operação Ágata 11 desenvolveu relatórios sobre as atividades de narcotráfico, contrabando e descaminho, tráfico de armas e munições, crimes ambientais, contrabando de veículos, imigração ilegal e garimpo ilegal. Essa operação contou com o auxílio das Forças Armadas e órgãos de Segurança Pública, nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Seu Centro de Operações funcionou no Comando Militar do Oeste, na cidade de Campo Grande. As ações foram realizadas entre as cidades de Comodoro (MT) e Mundo Novo (MS), incluindo a hidrovia do Paraguai e seus afluentes, em uma extensão de aproximadamente 2.500 Km, onde as Forças Armadas empregaram cerca de 3.000 militares.

As operações tiveram início as vésperas dos jogos Olímpicos do Rio 2016 e sua mobilização envolveu toda a faixa de fronteira terrestre do país. As operações realizadas pelo exército tiveram duas frentes de ação. Uma chamada 'braço forte', coibindo a prática criminosa, e a 'mão amiga', auxiliando as comunidades com serviços de assistência médica e social, nesse caso a atividade de inteligência instrui os colaboradores a captarem informações necessária para a segurança nacional, utilizando-os como "sensores" e aproximando-se das comunidades fronteiriças.

Nessa aproximação, Inteligência e comunidade, defendida pela perspectiva calculadora do institucionalismo histórico, pode ser observada um mecanismo de ação capaz de fortalecer as instituições, consolidando-as a partir do ponto em que promovem o bem estar da sociedade e preveem conflitos.

A faixa de fronteira da Região Sul do Brasil, denominada Arco Sul, agrega países com significativos índices de criminalidade¹⁰ como Uruguai, Argentina e Paraguai, que possuem práticas do contrabando e do tráfico internacional, o que agrega ainda mais complexibilidade e peculiaridade e dificultam os planejamentos de Inteligência. A criminalidade vivida por esses países, assim como defendido pelo institucionalismo histórico é fator de suma importância na estratégia escolhida por essa operação, uma vez que a particularidade dos crimes cometidos nesses Estados, são capazes de moldar a estratégia de ação dos mecanismos de defesa.

A região de tríplice fronteira entre a Argentina, o Brasil e o Paraguai, situada junto à cidade paranaense de Foz do Iguaçu pode ser considerada uma área muito sensível, com a consolidada ação do crime organizado transnacional, particularmente no Paraguai que é também caracterizado pelo intenso fluxo de imigrantes.

Segundo a Revista Brasileira de Inteligência Nº 11 publicada em dezembro de 2016, durante a realização da Operação Ágata 11, a inteligência brasileira formulou acurado estudo - inseridos nas premissas do *path dependce* que se baseia na trajetória percorrida como viés de análise capaz de auxiliar as tomadas de decisões. Destacando assim, através das informações já conhecidas nas operações passadas, as vias de transporte, de todos os modais, obtendo ação efetiva nas patrulhas, bloqueios e pontos de fiscalização.

A inteligência desenvolveu trabalhos relativos aos esforços de busca e acompanhamento das operações. As ordens de Inteligência da Marinha e da Força Aérea integraram suas atividades no levantamento e obtenção de informações pertinentes às suas áreas de atuação, como o tráfego ilegal de aeronaves, a presença de pistas de pouso clandestinas e o fluxo de embarcações não cadastradas.

A ABIN, por sua vez, desenvolveu suas ações na coordenação dos demais órgãos do sistema, no encaminhamento de representantes aos Centros de Operações, assim como através das ações realizadas por suas superintendências estaduais, que baseadas em análises especializadas, elaboraram relatórios de Inteligência formado por documentos externos,

¹⁰ Segundo dados do relatório anual do Escritório da Organização das Nações Unidas contra Drogas e Crimes (UNODC), há registros de aumento de atividades de gangues traficantes de cocaína nos estados da região Sudeste e aumento da exploração do Brasil por grupos do crime organizado internacional. O país é utilizado como importante ponto para o tráfico de droga vinda da Colômbia, Bolívia e Peru, destinada à Europa, com frequência via África.

padronizados que permitem o intercâmbio de conhecimentos de analistas da ABIN para usuários de outros organismos de Inteligência, dentro ou fora do SISBIN.

Durante a realização da Operação Ágata 11, os órgãos atuantes deslocaram um ou dois agentes para os principais pontos de bloqueio executados pelas tropas do Exército, configurando o trabalho na modalidade interagências e conferindo maior amplitude de amparo legal para as ações empreendidas. As funções dos serviços de Inteligência estão ligadas aos planejamentos estratégicos da operação, que assim como defendido pela perspectiva cultural do institucionalismo histórico, analisam as ações criminosas a fim de se estabelecer uma previsão quanto as ações e percurso adotados por esses atores, auxiliando assim a composição dos *briefings* diários realizados entre as agências, levantando aspectos novos e integrando novas informações aos agentes envolvidos.

Na elaboração desses planejamentos estratégicos, a Inteligência analisou e levantou cenários prospectivos, atores antagonônicos, tendências e impactos das operações, tanto no campo externo quanto no interno. Quanto ao campo operacional, a Inteligência se encarregou da atualização de conhecimentos elaborados e produção de novos conhecimentos sobre a área destinada a operação, buscando estabelecer indicadores gerais sobre as ações ilícitas desenvolvidas, bem como as possibilidades dos elementos dos crimes.

Em processo de operação, os planejamentos de Inteligência ativaram suas ações também no aspecto operativo, analisando locais e horários de maior incidência de práticas ilícitas, localização de depósitos, principais rotas de tráfico e contrabando, alterações no *modus operandi* dos criminosos, veículos suspeitos, locais de presença de suspeitos e outros dados que pudessem oferecer apoio prático às tropas e agentes envolvidos. As possíveis linhas de pouso clandestina também foram objeto de análise do serviço de inteligência.

Segundo o assessor de Comunicação da 1ª Brigada, major Rodrigo Luiz, em uma semana de ações, a Operação Ágata 11 apreendeu cerca de 2 mil m³ de madeira no Sul de Roraima, sete balsas utilizadas para garimpo ilegal, destruiu quatro áreas de garimpagem, apreendeu cerca de R\$ 1 milhão em madeira ilegal e uma pista de pouso construída ilegalmente na Terra Indígena Yanomami.

Com o fim das ações realizadas pelos atores do nível tático, a Inteligência manteve sua atenção quanto às atividades de desmobilização e no monitoramento dos reflexos decorrentes

das operações, uma vez que com a notícia do início das atividades da operação, muitos grupos criminosos mudaram seus trajetos, chegando a armazenar as drogas em estoques até que as operações fossem finalizadas.

Segundo informação obtida na Revista Brasileira de Inteligência Nº 11, a Inteligência se manteve em alerta, a fim de filtrar possíveis ações criminosas. Durante a Operação Ágata 11 a Inteligência foi capaz de realizar relatório de indicadores dos resultados obtidos. Essa análise foi baseada nas quantidades e natureza das apreensões, nas prisões realizadas nos veículos apreendidos e no fluxo registrado nas vias, possibilitando a ABIN estabelecer tendências e alterações no perfil dos criminosos, facilitando a reorientação dos esforços do vetor operacional. Mecanismo que, assim como defendido pelo institucionalismo histórico oferece aos atores uma forma de previsão do comportamento atual e presente como viés protecionista.

Esse processo também contou com a participação do serviço de contra inteligência que, após a operação e através dos dados coletados pela Inteligência, realizaram um relatório identificando as possíveis ameaças da área a fim de evitar futuras situações que possam causar danos a segurança nacional.

Segundo o Ministério da Defesa, em dados publicados no dia 25/06/2016 através do Portal Brasil, foram realizadas 126.259 vistorias e inspeções em pontos de bloqueio e controle de estradas nas regiões de fronteiras. A apreensão de mercadorias foi avaliada em R\$ 687 mil em descaminho, ou seja, não recolhimento de tributos, e R\$ 16 mil em produtos contrabandeados. Os agentes públicos recolheram R\$ 612 mil em dinheiro de origem não declarada. Entre o material apreendido, foram contabilizadas 5,7 toneladas de explosivos, 168 armas e 22.865 munições, 11 toneladas de maconha, 123 kg de cocaína e 122 kg de outras drogas, além de 4,4 mil metros cúbicos de madeira.

A operação Ágata 11 serviu como mecanismo de prevenção quanto aos atos ilícitos realizados nas fronteiras do Brasil, além de levar para as comunidades fronteiriças a presença do Estado brasileiro. Essa ação foi também uma das principais ações do Brasil na preparação para as Olimpíadas de 2016. Segundo a Receita Federal, nos últimos 15 anos, as Operações Ágata já somam um arrecadamento de R\$ 1 bilhão e sua efetividade é notória na segurança nacional.

A partir da aplicabilidade dessas operações o Estado é capaz de reconhecer as principais falhas de segurança nacional no que tange a relação das fronteiras brasileiras e estabelece regras e normas que visem a diminuição dessas ações criminosas ou pelo menos dificultem a entrada do produto ilícito no território nacional. Mecanismo também defendido pelo institucionalismo histórico que acredita na aplicação de normas de segurança como viés institucional capaz de estabelecer ordem no sistema.

Fica inerente que as Operações Ágata vem atingindo um resultado considerável dentro dos papéis de segurança pública realizados pelo Estado. Suas ações evidenciam a necessidade da ação das instituições como ator fundamental na estruturação estratégica que molda a sociedade. Isso porque a medida que a Inteligência, através das instituições, estabelece mecanismos de defesa, ela cria um modelo protecionista a ser adotado; e, com isso, determina o posicionamento das atividades dos indivíduos.

A adesão das políticas e ações sugeridas pelos mecanismos de Inteligência se sustam, pois, estabelecem ganhos para a sociedade. Sua extensa análise baseada em cálculos estratégicos e eventos vivenciados, permitem com que suas investigações sejam mais assertivas, uma vez que se baseia na trajetória percorrida.

Assim, operações como a Ágata 11 são de suma importância na manutenção da ordem nacional. Os dados e informações coletados nessas operações auxiliam o Estado na criação de normas e regras protecionistas. Essas regras além de garantir uma evolução nos sistemas internos adotados, permite um desenvolvimento do Estado em suas políticas nacionais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos aspectos apresentados neste trabalho podemos concluir que a atividade de inteligência do Brasil passou por diversas transições ao longo dos anos. Em vista do que foi apresentado, percebe-se ainda que o sistema de Inteligência tem como principal objetivo a coleta, análise e processamento de informações consideradas relevantes para o processo de decisão do Estado, auxiliando o planejamento estratégico da segurança nacional.

Essas Instituições servem de viés estratégico, onde os chefes de Estado recebem informações filtradas e analisadas que auxiliam os processos decisórios. Além de fornecer informações estratégicas acerca de como as decisões Estatais devem ser tomadas, o serviço de inteligência atual do Brasil, a ABIN, tem em sua estrutura funcional, a responsabilidade de prevê possíveis oportunidade para o Estado, bem como transações comerciais e ações públicas.

Em trabalho realizado comumente com outras instituições governamentais, a ABIN apresenta ainda um mecanismo de contraespionagem que permite ao Estado o conhecimento do que é desenvolvido nos países adversários, permitindo que o Estado não fique em desvantagem com os demais países do cenário internacional, como a exemplo do desenvolvimento de armas nucleares com fins protecionistas.

A participação da Inteligência na busca de informações e prestação de auxílio para o governo na economia é extremamente importante para a atuação do Itamaraty nas disputas comerciais. Existe, ainda, a necessidade que todos adotem uma mesma linguagem no SISBIN, da mesma maneira como era feito no SNI bem como se faz necessário a ampliação de funcionários para acompanhar a demanda por informações durante o processo decisório.

Com relação aos crimes cometidos nos espaços fronteiriços, foi observado que os serviços de inteligência possuem alta relevância no que diz respeito as investigações realizadas na apreensão desses grupos. A ação da ABIN em conjunto com os demais órgãos torna-se inerente ao sucesso da segurança pública do país. Investimentos em inteligência permitirão ao Estado um melhor desenvolvimento de suas práticas protecionistas, assim como maior neutralização das atividades criminosas.

A ABIN vem crescendo consideravelmente dentro do Brasil e embora seus recursos ainda sejam escassos, sua atuação é de suma importância para o bom desenvolvimento do

Estado. Os serviços executados pela atividade de inteligência geram uma nova dinâmica de diplomacia e permitem ao Estado o desenvolvimento de normas protecionistas ao mesmo ponto que abre portas para o desenvolvimento do Estado.

Os relatórios desenvolvidos pela Inteligência brasileira em operações como a Ágata 11 servem como um viés estratégico de suma importância na elaboração de regras e normas que moldam as atividades exercias pela sociedade. Através dos trabalhos desenvolvidos pelos serviços de inteligência, o Estado é capaz de compreender as questões de âmbito internacional ao mesmo ponto que estabelecem políticas de ordem nacional. Os bloqueios e inspeções realizados nessa Operação, permitiram ao Brasil a adoção de uma fiscalização mais assídua nos espaços fronteiriços.

A busca pela segurança nacional é uma ação eminente dos órgãos governamentais. A utilização do mecanismo de Inteligência complementa a atuação desses órgãos e permitem ao Estado uma posição de coleta de informação e desenvolvimento de tecnologia capazes de garantir a competitividade do Brasil ante ao cenário internacional. Os processos de segurança estabelecidos pelos serviços de Inteligência garantem ao Estado o controle das atividades que se inserem no contexto de solo, permitindo-o moldar ações eficazes que garantam a soberania estatal.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. **SNI & ABIN: Entre a Teoria e a Prática. Uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX.** Rio de Janeiro, 2001.

CEPIK, Marco. **Sistemas Nacionais de Inteligência: Origens, Lógica de Expansão e Configuração Atual.** Rio de Janeiro, 2003.

DAHL, Robert. **Who Governs? Democracy and power in na American City.** New Haven: Yale University Press, 1970.

DORATIOTO, Francisco; VIDIGAL, Carlos Eduardo. **História das Relações Internacionais do Brasil.** Brasília: Saraiva, 2004.

GENRO, Tarso; **Manual de Cooperação Jurídica Internacional e Recuperação de ativos. Cooperação em Matéria Civil.** 1º edição, Brasília: Artecor Gráfica e Editora Ltda, 2008.

HALL, Peter A. and TAYLOR, Rosemary C. R.. **As três versões do neo-institucionalismo. Lua Nova [online].** 2003, n.58, pp.193-223.

HOBBS, Thomas. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil.** Trad. João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. 2.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

HOBBS, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX. 1941-1991.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HODGSON, G. **The approach of institutional economics. Journal of Economic Literature.** Vol 36, 1998. 166-192p

JACKSON, Robert; SØRENSEN, Georg. **Introdução às Relações Internacionais: Teorias e abordagens.** Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

JOGNSON, Loch K. **The Oxford Handbook of National Security Intelligence.** Oxford, 2010.

LITTLE, Daniel. **Varieties of social explanation: na introduction to the Philosophy of Social Science.** Boulder: Westview, 1991.

MARTCHENKO, Alexandre. **Perpectivas para a Inteligência Externa do Brasil. In: Encontro de Estudos: Desafios para a atividade de inteligência no século XXI, 3.** Brasília, 2004.

MENDES, Paulo. **Operações Ágata no Arco Sul do Brasil. In: Revista Brasileira de Inteligência, n. 11,** Brasília, 2016.

MESSARI, Nizar. **Existe um novo cenário de segurança internacional?** Rio de Janeiro, 2001.

PETERS, Guy. **Institutional theory in political science: the new institutionalism.** Nova York, Pinter, 1999.

RAVIV, Dan; MELMAN, Yossi. **Todo espião um príncipe: a história do serviço secreto de Israel.** Rio de Janeiro: Imago, 1991.

SANDES, Vítor. **Qual o lugar do caso nas ciências sociais? Where do case studies belong in social sciences?** Teresina, 2015.

VEBLEN, Thorstein (1998). **“Why is economics not na evolutionary Science?”.** Cambridge Journal of Economics. V. 22: pp.403-414. Originalmente publicado em 1898

VELLOSO, Renato Ribeiro. **O Crime Organizado.** São Paulo, 2006

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. **Inteligência e interesses nacionais. III Encontro de Estudos Desafios para a atividade de inteligência no século XXI.** Brasília: GSI, 2004.

YAN, Robert. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** Trad. Daniel Grassi – 2º ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

Sites:

<http://www.defesa.gov.br/noticias/21869-agata-11-pais-contara-com-satelite-de-alta-resolucao-nos-jogos-rio-2016>

<http://www.brasil.gov.br/defesa-e-seguranca/2016/06/operacao-agata-apreende-armas-drogas-e-municao-nas-fronteiras-do-pais>

http://brasil.elpais.com/brasil/2014/09/21/politica/1411333264_428018.html

<http://www.abin.gov.br/rbi-lanca-11-edicao/>

www.onu.org.br